



ANAIS

**X Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo
Contemporâneo**

IX Colóquio Nacional Cultura e Poder

**VIII Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos
sobre Religiões e Religiosidades**

V Simpósio Regional da ABHR/Sul

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2023

**GT – Memórias, Arquivos da Ditadura e pensamento social-
político religioso**

ESTÉTICA E POLÍTICA NA DITADURA MILITAR (1964 – 1985)

Alexsander de Oliveira Barbosa (UEL-G) ¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo demonstrar as relações da política e a estética propagada durante o período da ditadura militar (1964-1985), sendo utilizado elementos como o terror ao comunismo e aspectos religiosos como forma de manipulação do sensível de uma parcela da sociedade brasileira. Com a instrumentalização do Estado como aparelho hegemônico de poder ideológico, é possível examinar as ações propagandistas através da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que tinha a função de legitimar e perpetuar o regime ditatorial, e o Serviço Nacional de Informações (SNI), que, além de trabalhar com vigilância, também trabalhavam com contra-informações. Ações como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” e a campanha de desestabilização do governo João Goulart, promovidas pelo complexo IPES/IBAD, trabalhavam em cima de uma estética conservadora, sendo reutilizado de forma contundente e mais disseminada pela ditadura

Palavras-Chaves: Estética; Política; Ditadura Militar; Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP); Religião.

INTRODUÇÃO

Desde o golpe militar no Brasil em 1964, a sociedade brasileira testemunhou a aplicação de opressão e repressão como uma das estratégias para obter legitimidade por parte de uma parcela específica da população. Contudo, é importante destacar que, embora recorressem a formas violentas e autoritárias, essas não constituíam os únicos métodos utilizados.

A busca por legitimidade através das práticas subjetivas, ou seja, a manipulação das sensibilidades para estabelecer modelos de dominação aparentemente não violentos, implicava na construção de uma nova concepção de Brasil, sociedade e vida, de forma que moldasse e internalizasse tais valores em todos os estratos sociais. A "Esperança do Brasil," que assumiu o controle em 1964, se manifestou apelando aos nobres sentimentos da nação brasileira, fundamentando assim o golpe, com os militares sendo vistos como salvadores da pátria e guardiões do país, responsáveis por proteger os "valores brasileiros" e a democracia contra o comunismo, dessa forma, a elaboração do golpe foi além do aspecto da legalidade jurídica, buscando afirmar juntamente a capacidade dos militares em realizar o “verdadeiro” anseio brasileiro.

¹ Graduando em Ciências Sociais – Bacharelado – pela Universidade Estadual de Londrina.
Email para contato: alexander.oliveira@uel.br

Sustentados por conceitos vagos como "Família", "Pátria", "Amor", "Honestidade" e "Honra", foram utilizados para legitimar a tomada de poder, sendo esses conceitos uma espécie de norma das forças armadas. Esse processo, conduzido ao longo do tempo pelos intelectuais orgânicos², imprensa e aparatos estatais, buscaram incorporar valores na sociedade, fundamentando a "Essência da Nação" como base para a permanência no poder e, em contrapartida, o terror era empregado como meio de instigar o medo ao comunismo.

Ao longo da ditadura, o golpe foi sendo apresentado como uma "revolução" para legitimar o movimento, que afirmava representar os anseios do povo brasileiro. Os anos do "milagre econômico" e da repressão mais intensa foram justificados pelo sucesso econômico atribuído à gestão racional de recursos e pessoal administrativo. Simultaneamente, a atuação da "comunidade de informações" baseava-se na ideia de que os "terroristas" – termo majoritariamente associado as pessoas vinculadas aos partidos comunistas e que eram contrárias ao regime – não eram apenas contra a ditadura, mas também contra a “essência” do Brasil, concepção reforçada por propagandas e discursos promovidos pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP/ARP) e por meio do Serviço Nacional de Informações (SNI). O Estado ditatorial através do SNI buscou controlar, vigiar e reprimir qualquer conduta que fugisse do esperado na sociedade brasileira, desempenhando um papel essencial na contrainformação aos "subversivos".

Com os anos da abertura política em 1974 durante o governo de Ernesto Geisel, a preocupação passou a ser a reformulação de um novo governo, o que chamavam de “Nova Democracia”, “Continuidade”, “Aprimoramento” ou “democracia relativa”, assim dito pelo Geisel. Entretanto, havia divergências entre as lideranças militares, sobre o quanto iriam preservar da estrutura do Estado democrático e questões de adequação com a sociedade civil.

Tendo como base de apoio as camadas médias e altas da sociedade civil, desde a derrubada de João Goulart, muito pela atuação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS/IBAD) que promoveu campanhas que desestabilizaram o governo de Goulart, tendo como sustentação pré-golpe o auge nas “Marchas com Deus Pela Família e Liberdade”. A base militar “moderada” investiu grande parte dos esforços políticos para manter essa parcela da sociedade, com pautas, reformas institucionais e projetos que visassem manter o apoio dessa

² Para Gramsci (2000a), todo grupo social, que se constitui para se afirmar como tal, cria para si também seus próprios intelectuais, ou seja, pessoas que, devido à sua posição social, são levadas a elaborar e propagar a ideologia do grupo. Sendo assim, o intelectual orgânico é aquele que elabora e difunde a concepção do mundo de uma determinada classe. Para maior aprofundamento, ler: “*Cadernos do Cárcere*” v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

parcela conservadora. Essa forma de atuação revela uma busca por legitimidade por parte de outros aspectos além da repressão. Ter uma base de apoio com interesses semelhantes e condicionamentos favoráveis ao regime, era de suma importância, uma vez que, as classes medias e altas tinham esse alinhamento.

Desse modo, é possível evidenciar uma orientação do regime ditatorial com essas classes de forma a legitimarem seus discursos e ações. A busca por esse assentimento, resultou em uma complexa e híbrida atuação política, mantendo aparatos do antigo regime democrático afim de utilizá-los como afirmadores da “liberdade democrática”. Uma análise aprofundada contribui para esclarecer a complexidade inerente a esse empreendimento de dominação política. A preocupação da ditadura em buscar legitimidade mediante o respeito a certos ritos democráticos resultaram em uma convivência marcada por conflitos e negociações políticas.

Parte do apoio a ditadura se fez inclusive pelos grandes veículos de imprensa, no qual, como integrantes da elite econômica, detentores de recursos advindos do governo, defensores de projetos políticos liberais e “democráticos”, foram cruciais na disseminação dos ideários do regime para os grupos que interessavam. Alguns dos jornais mais relevantes da época como *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*, apesar das diferenças editoriais, eram alinhados ao regime.

Contudo, este artigo tem por objetivo destacar o papel das políticas ideológicas praticadas pela ditadura através do campo subjetivo, sendo importante salientar que não ignoro o uso indiscriminado da força como instrumento de dominação pela ditadura, mas destaco aqui as formas subjetivas que ajudaram a legitimar a ditadura militar brasileira.

O PERIGO COMUNISTA

Em 1945, com o fim da segunda guerra mundial, desencadeou-se um ataque repressivo e propagandístico anticomunista, no qual os países capitalistas do pós-guerra desempenharam um papel central. Nesse cenário, tanto o aparato estatal quanto setores da sociedade civil, como empresários, intelectuais orgânicos e religiosos, uniram-se na luta contra a disseminação do exemplo cubano entre a massa proletária brasileira.

Os ideais comunistas foram fortemente marcados pela repressão global e, no Brasil, não foi diferente. A burguesia brasileira, habituada a importar ideias dos países centrais, assumiram um papel proeminente no anticomunismo como uma estratégia de sobrevivência. No entanto, mesmo que as concepções sobre o comunismo e seus impactos na ordem social

tenham sido majoritariamente importadas, com a crescente hegemonia norte-americana após a Segunda Guerra Mundial (1945) e início da guerra-fria (1947), o anticomunismo no Brasil teve como algumas de suas intensificações primárias, a revolução Cubana (1959), tendo como apoio, os Estados Unidos buscando formas de restringir qualquer indício de projeto comunista na América Latina. A adoção seletiva de ideologias discursivas e imagéticas advindas de fora, destacou escolhas específicas e modos particulares de discursos contra o comunismo no Brasil, tendo em vista, que já ocorria uma luta propagandista por parte de setores religiosos³.

Mesmo com o discurso liberal sendo predominante na luta contra o comunismo de forma global, o conservadorismo e a valorização do discurso religioso foram altamente fundamentais na luta contra o comunismo no Brasil. A Guerra Fria incentivou uma ofensiva ideológica dos países imperialistas, especialmente dos Estados Unidos, onde encontraram apoio nas "forças armadas, policiais, religiosos e políticos conservadores," (MOTTA, 2000), além das classes burguesas, tendo em vista, que já mobilizavam esforços dentro do campo político contra o comunismo. A exemplo da "A Intentona" de 1935, que acabou também por fortalecer a preocupação dentro dessa parcela que apoiaria e conduziria o golpe de 1964, desempenhando papéis cruciais.

A religião católica, contundente da época, se fez essencial nessa luta anticomunista, adentrando em campos, onde o estado ditatorial não conseguia, reforçando argumentos de cunho moral e da luta por uma nação que supostamente precisava ser salva do comunismo. De acordo com o IBGE de 1960 à 1970, a porcentagem de católicos no Brasil era de 93%, sendo um campo fértil para a instituição católica que já vinha desde 1937 e de forma mais contundente em 1960, com as cartas Encíclicas, que eram documentos papais que se empenhavam em disseminar dentro da estrutura hierárquica – seguindo a ordem Episcopado, Presbiterado e Diaconato – católica os "mandamentos" anticomunistas. Algumas das cartas redigidas demonstram a preocupação da instituição, o que não era por menos, uma vez que os ideais comunistas visavam inverter todas as estruturas de poder, inclusive a da religião católica que por longas décadas se mantiveram unidas as estruturas de dominação tradicionais e não proviam melhorias para sua comunidade de fé. Na Encíclica editada pelo Papa XI em 1937, destaca o estrago e a preocupação causada pelos comunistas, "uma passagem resume o significado e a força da mensagem anticomunista contida em Divinis Redemptoris" (MOTTA, 2000):

³ Ler: SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva. 2002.

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/Uel), 4, 2023, Londrina. **Anais...** Londrina: Uel, 2023.

Velai, Veneráveis Irmãos, para que se não deixem iludir os fieis. Intrinsecamente mau é o comunismo e não se póde admitir, em campo algum, a colaboração reciproca, por parte de quem quer que pretenda salvar a civilização cristã. E si alguém, induzido em erro, cooperasse para a vitoria do comunismo em seu país, seria o primeiro a cair como vitima do proprio erro⁴

Na medida em que as cartas Encíclicas chegavam ao episcopado nacional, cabia aos bispos o papel de abstração e disseminação das doutrinas advindas de Roma para os fiéis brasileiros, através das Cartas Pastorais, de certo modo, a partir dos anos 1960 o combate moral e sensível ao comunismo se mostrou imperativo, tendo em vista, o surgimento da “esquerda católica”. Esse setor “progressista” visava reformas de cunho social e consequentemente partilhavam de alguns ideais a esquerda na política, o que já bastava para a instituição católica a repudia a esse movimento de leigos e clérigos da igreja, reforçando ainda mais a disseminação das Cartas Pastorais para fixação da doutrina católica anticomunista.

Tratar o comunismo de forma moral e religiosa, foi crucial para a internalização de que a luta era do bem contra o mau, visto que, o comunismo estava aderindo adeptos dentro da religião católica. Transformando assim, a disputa política em uma luta espiritual, sendo eficaz em eleições para deputados, senadores, prefeitos se autoproclamando pessoas de fé – em sua maioria católicos – e defensores verdadeiros da religião e dos bons costumes. A defesa ao nacionalismo praticada pelos conservadores, se assentava na ideia de uma “nação como um conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social” (MOTTA, 2000), resultando assim na necessidade da defesa da ordem e da união da nação brasileira, unidos em território e Estado, sendo essa formação irremediável e intocável, transformando em uma espécie de união sagrada, na medida em que os comunistas se tornavam o exato oposto, sendo considerados prejudiciais a essa união, posto que afirmavam a luta de classes.

Após o abandono repentino de Janio Quadros da presidência, João Goulart assume. Entretanto, conturbações políticas das ações de *Quadros*, recaíram sobre Goulart em sua posse, tendo os militares o impedindo de assumir o cargo. Posteriormente com negociações e uma emenda parlamentar, que limitava o poder presidencial, dando assim, respaldo a ala militar.

A partir das ações diplomáticas e discursos promovidos por Goulart em não desfavorecimento de Cuba, reafirmando alianças com a URSS e sendo a favor da livre disputa política, não restringindo partidos comunistas brasileiros, acabou por inflamar os ânimos da ala

⁴ Pio XI, Carta Encíclica *Divinis Redemptoris*. In Cartas Encíclicas. Rio de Janeiro: ABC, 1938. pp.45 e 46
In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/Uel), 4, 2023,
Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2023.

conservadora para saírem as ruas e protestarem contra o “comunista” na presidência. Com o fim do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que tinha como objetivo a disseminação de revistas anticomunistas, surge o IPÊS (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais)⁵ que atuou de forma a disseminar as ideias liberais e “democráticas” e, não deixando de fora, a luta contra o comunismo e consequentemente, contra *jango*, realizando parcerias com os militares e a grande imprensa.

Mais adiante em 1963, com os diversos problemas de quadros políticos e econômicos que Goulart enfrentava, o atual presidente se encontrava em situações complicadas para o seu mandato, em vez que, os problemas econômicos estavam incontornáveis e a polarização aumentava a cada dia, impossibilitando qualquer forma de negociação, tomando assim uma decisão que apenas agravou a situação do governo, enviando para o Congresso em 4 de outubro um pedido de Estado de Sítio, o que não foi aprovado, fazendo com que houvesse dúvidas sobre as verdadeiras intenções de *jango*, em que a cada lado – a esquerda e a direita, de forma geral – acreditava que o grupo opositor estava proclamando um golpe. A partir dessa ação frustrada de Goulart, os grupos da grande imprensa⁶, se uniram para articularem uma ofensiva contra a esquerda, com propagandas e discursos em prol da democracia contra o comunismo.

Nos meses seguintes do início do ano de 1964, com discursos e reformas que seriam realizadas por João Goulart, por decretos presidenciais, que eram apoiadas pelos partidos de esquerda, resultou em união dos grupos centristas, direitistas e conservadores em oposição a essas reformas. Justamente nesse período acontece em 19 de março, em São Paulo, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que juntara toda a elite paulistana contra Goulart e contra os comunistas. Proclamando que o comunismo estava para acontecer no Brasil, as marchas dirigiam palavras de ordem em cartazes, como: “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo”; “Democracia tudo, comunismo nada”; “Abaixo os entreguistas vermelhos”; “Abaixo os pelegos e os comunistas”; “O Brasil não será uma nova Cuba”; “Reformas pelo povo, não pelo Cremlin”⁷.

Dada as devidas proporções, o consenso estava consolidado entre parte da população brasileira, bastava apenas uma “faísca” para a atuação dos militares em romper com a instituição e se autoproclamarem defensores da ordem e da democracia, contra o perigo comunista que estava em curso. Em 31 de março de 1964, a “revolução” acontece e a tomada do poder ocorre de forma rápida e eficaz, sendo um dos primeiros atos a expulsão dos partidos

⁵ Criado em 1961, dois anos depois do IBAD, por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo.

⁶ Como dito anteriormente, tendo os alinhamentos entre *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*.

⁷ *O Estado de São Paulo*, 20/03/64.

de esquerda e conseqüentemente de forma mais violenta dos comunistas.

A ESTÉTICA COMO POLÍTICA

Entender como a ditadura abstraiu desse momento para legitimar suas ações, perpassa pelo campo da estética, em razão da utilização do aspecto sensível da sociedade, sendo uma das formas de legitimações para a permanência no poder. As reflexões sobre estética derivam em diversas abordagens e teorias, contudo, nos manteremos no conceito promulgado por Jacques Rancière (1996) sobre estética como política, para analisarmos as ações da ditadura.

Tendo como particularidade o terror ao comunismo – uma forma de sentimento, o medo – para a realização de consenso entre a sociedade brasileira, por parte dos grandes veículos de imprensa, organizações religiosas e intuições privadas, esse modo de articulação seria utilizado posteriormente pelos militares, buscando além das repressões violentas, outros meios para se manter. A vista disso, a criação de uma Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e sua precedente, a Assessoria de Relações Públicas (ARP), como mecanismos de construção legitimadora através do sensível, se fez necessário, para a consolidação da ditadura.

Compreender a política apenas no campo da racionalidade⁸, acarreta certos limites de elaboração da materialidade social. Apesar da política ser constituída através de argumentos, discussões, poder de fala e escuta no âmbito da racionalidade, o modo como vivemos e agimos, também incorpora um sentimento que não atua racionalmente na disputa política.

Rancière, ao afirmar que a política é estética e, ao contrário se espelha, nos mostra que caberia pensar, em sentido uno, uma “estética primeira” – uma que, embora se relacione, não coincide com “o tecido sensível e a forma de inteligibilidade daquilo a que chamamos “Arte”⁹. Para pensarmos essa “estética primeira” sendo uma imbricação irreduzível entre estética e política, que Rancière recorre à noção de “partilha do sensível”. Sendo um “sistema de evidências sensíveis que dá a ver em simultâneo a existência de um comum e os recortes que nele definem os lugares e as partes respectivas” (RANCIÈRE, 1996).

De acordo com as reflexões de Jacques Rancière (1996), destaca-se o desentendimento como uma característica central da base estética da política, em contraste com o entendimento. Essa dimensão, está na capacidade constante de reconfigurar as relações entre

⁸ Como argumentava os antigos filósofos da chamada “concepção da política” ocidental, com a polis, sendo um âmbito de discursos racionais e legitimadoras da razão, se afirmando como espaço altamente sofisticado dos pensamentos. Ler;

⁹ (Rancière, 2011, p. 9)

fazer, dizer e ver que delimitam o "ser em comum".

O autor enfatiza que a base estética da política se resulta nas lutas para superar a barreira entre linguagens e mundos, buscando acesso à linguagem comum e ao discurso na comunidade. Rancière destaca a dimensão estética da política ao considerar não apenas a ordem do dito, mas também os elementos extradiscursivos que indicam diversas divisões entre aqueles que podem participar da ordem do discurso e aqueles excluídos do espaço definido como "comum". A patilha aqui se refere aos gestos da partilha (que torna comum) e da distribuição (que torna exclusivo), "Toma-se aqui partilha [*partage*] no duplo sentido da palavra: comunidade e separação. É a relação de uma com a outra que define uma partilha do sensível." (Rancière, 1995).

9

De acordo Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG)¹⁰ de 1976, é possível evidenciar o conhecimento profundo da área sensível, o que eles denominavam de Estratégia Psicossocial, sendo parte igualmente da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)¹¹. Segundo o Manual Básico, quanto à opinião pública, enfatiza um aspecto específico: a "estudo dos pontos sensíveis da opinião pública que devam ser atingidos por uma forma qualquer de influência" (MANUAL BÁSICO, 1986, p. 548). Esse elemento indica a necessidade de realizar uma intervenção subjetiva – ou nas palavras de Rancière, sensível – que enfatize a habilidade do regime em implementar suas políticas com êxito.

Com os aparelhos de Estado, alinhados com os aparelhos hegemônicos de ideologia da burguesia brasileira¹², ocorre uma dominação dessa partilha do sensível, resultando no controle do visível e invisível, audível e inaudível, imaginável e inimaginável, de forma maciça na sociedade brasileira. A existência do SNI (Serviço Nacional de Informações) como uma rede de aparelhos de repressão política, demonstra como a ditadura, desde o início, se preocupou na perseguição e repressão dos "subversivos", como forma de controlarem o campo "comum" da disputa estética/política.

Com a criação da AERP em 1968, após as conturbações do golpe militar, podemos analisá-la a partir de duas fases. A primeira (1968-1969) se resulta em um objetivo específico, criar uma identidade favorável para o regime militar, já a segunda (1969-1974) demonstra um

¹⁰ Ler: ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Manual básico. Rio de Janeiro: ESG, 1986.

¹¹ Os regimes civil-militares que influenciaram a paisagem política da América Latina a partir da segunda metade do século XX foram fundamentados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Com base nas obras de Enrique Padrós, quais eram os princípios e diretrizes que moldavam a DSN.

¹² Remeto aqui a burguesia brasileira como classe detentora dos meios de produção, que protagonizaram e legitimaram o regime ditatorial, tendo em vista os aparelhos hegemônicos de ideologia, conceito explicitado por Gramsci.

caráter mais expressivo, “com uma produção mais frenética de propaganda embalada com a conjuntura política favorável determinada pelo chamado “milagre econômico” e com o aproveitamento político da recente conquista do tricampeonato de futebol no México em 1970” (LIMA, 1998), tendo grande repercussão com uma vasta produção de filmetes e jingles. Slogans como: “Ninguém segura o Brasil”, “Pra frente Brasil” e “O Brasil merece nosso amor”, foram amplamente utilizados, além do “Brasil: ame-o ou deixe-o”, buscando internalizar o espírito de união, fraternidade, solidariedade e patriotismo.

A partir da entrada de Ernesto Geisel na dita república, é finalizado com a AERP, entretanto, com o fim do “milagre econômico”, se faz necessário a retomada da assessoria. Com um novo nome: Assessoria de Relações Públicas (ARP), o trabalho agora era fomentar o otimismo no país, resgatando um nacionalismo pertinente como outrora utilizado.

Com a desaceleração econômica, a ditadura buscou implementar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que resultou em divergências e consequentemente, na ruptura entre a classe burguesa e os militares. Dando início em 1979 a “Campanha Nacional Pela Livre Iniciativa”, sendo realizado por parte da burguesia brasileira, que afirmava ser uma política excessivamente intervencionista.

Dada as devidas proporções, tal situação resultou por parte da burguesia e da grande imprensa, a busca pela ruptura com os militares no poder, apoiando a abertura política e o retorno das eleições durante 1979 até 1985. Começando assim, um controle do processo subjetivo, buscando um candidato ideal que pudesse ser alinhado as políticas da classe burguesa e que fizesse uma transição sem conflitos, por parte do lado civil-burguês e militar, resultando no candidato Tancredo Neves, tendo o massivo apoio da burguesia, seguindo-se ao apoio dos grandes veículos de imprensa, que destinaram todo o aparato ideológico necessário para a concepção de que Tancredo seria a “esperança do Brasil”, o que pautavam de forma desproporcional as disputas políticas. sendo a forma de controlar o sensível partilhado em sociedade.

CONCLUSÃO

Nesse contexto de disputas ideológicas, torna-se essencial para a luta política compreender um dos aspectos cruciais para a manipulação das massas: o subjetivo da sociedade. Isso não se limita apenas ao controle por meio da coerção e repressão, mas também envolve a manipulação dos sentidos e da compreensão de vida. A percepção tradicional da

estética, ligada estritamente à beleza e à expressão imagética, muitas vezes não correlaciona política e estética. No entanto, conforme destacado por Rancière (2006) em seus estudos, a estética é mais do que concepções de beleza; é um termo que abrange relações e experiências compartilhadas em comunidade.

Através das propagandas e discursos e com o aparelho repressivo de informações, a ditadura se manteve no poder por um longo período, entender como essa estrutura se manteve, requer compreender como essas ideias e convicções surgiram no imaginário da população e se foram trabalhadas de forma consciente pelos seus promotores. Creio que o pensamento sobre estética de Rancière nos ajuda a compreender a política através dos subjetivos, observando o que o não dito ou visto, nos revela através dos discursos e da imagem.

Os sucessos econômicos foram transformados pela AERP/ARP em slogans como “Ninguém segura este país” com um extensivo otimismo nacionalista. A partir das crises econômicas promovidas pela ditadura, ficava a necessidade de internalizar valores como “conciliação nacional”, “coesão familiar” e “união” afim de reforçar o “caráter pacifista” e “esforço coletivo” do brasileiro, a fim de acalmar os ânimos da massa. Através de discursos e propagandas, articulações religiosas e imagéticas, a ditadura se manteve por um longo período, tendo como base de sua gestão a legitimação por meios dos aspectos subjetivos.

REFERÊNCIAS

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do Sensível: estética e política**. Tradução: Mônica Costa Netto. 2a Ed, São Paulo; Editora 34, 2009

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia** (São Paulo: Editora 34, 1996). Tradução: Ângela Leite Lopes.

FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo: Ditadura, Propaganda e Imaginário Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

REZENDE, Maria José. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade: 1964-1984** [livro eletrônico]. Londrina: Edue, 2013.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva. 2002.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

VIEIRA, f.; MAUREY, a.; ARAÚJO, t.. **Marcas do que se foi: ufanismo e propaganda na ditadura no brasil**. Entropia, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 172–201, 2023. DOI: 10.52765/entropia.v7i14.493. Disponível em: <https://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/493>. Acesso em: 17 nov. 2023

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere, v. 2 — **Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo**. Jornalismo. Ed. e trad. de Carlos N. Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

LIMA, Odair de Abreu. **A tentação do consenso: o trabalho da AERP e o uso dos meios de comunicação como fontes de legitimação dos governos militares (1964 – 1974)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da PUC – São Paulo, 1998

* * * * *